

03 JUN 2016

FOLHA DE S. PAULO

Às custas da sociedade

Câmara aprova reajuste para servidores, medida que até 2019 custará R\$ 58 bilhões ao contribuinte e ainda assim recebeu o aplauso de Temer

Em cerimônia realizada nesta quinta-feira (2), o presidente interino, Michel Temer (PMDB), elogiou o empenho do Congresso nos últimos dias e pediu uma salva de palmas para a Câmara dos Deputados, que horas antes havia aprovado o reajuste para o funcionalismo federal — uma iniciativa com impacto de ao menos R\$ 58 bilhões até 2019.

Isto é, em meio a uma das maiores recessões de nossa história, e enquanto parcelas crescentes da sociedade sofrem com a deterioração da renda e dos serviços públicos, Temer aplaude a decisão, ainda a ser referendada pelo Senado, de promover aumento bilionário de gastos estatais. Tudo às custas do contribuinte.

Argumenta-se que os acréscimos — elevação salarial média de 21,5%, dividida em quatro anos — foram negociados pela presidente afastada, Dilma Rousseff (PT); que não passam de correções atrasadas; que as despesas deste ano estavam previstas no Orçamento, com o rombo recorde de R\$ 170 bilhões.

São alegações frágeis. Em nenhuma circunstância, e muito menos numa crise, o governo deveria tomar decisão tão dispendiosa a toque de caixa, sem reavaliar tal medida à luz dos sacrifícios que serão cobrados da população.

Infelizmente, porém, o governo

que se declara em sintonia com os anseios da sociedade é o mesmo que cede às pressões de corporações muito bem remuneradas.

Nos últimos dias, Temer encontrou-se com o presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, e o procurador-geral da República, Rodrigo Janot. Consta que trataram do reajuste.

Para ficar apenas no exemplo dos ministros do STF, o salário deles saltará de R\$ 33,8 mil para R\$ 39,3 mil, ou cerca de 20 vezes o rendimento médio dos assalariados.

Pouco importa que os aumentos mal reponham a inflação se os vencimentos, em termos absolutos, são bastante elevados — e muito menos considerando que milhões de brasileiros pagam o preço da crise com seus empregos.

Ainda que algumas categorias pudessem ser contempladas, a bondade jamais poderia ocorrer no atacado. Com um Estado inchado e ineficiente, o país precisa caminhar para outra direção e rediscutir sua estrutura administrativa.

Num mundo que exige mais produtividade, é indefensável, por exemplo, a estabilidade quase irrestrita no emprego público. É ainda menos aceitável que aos generosos rendimentos dos altos escalões se acrescentem marcadores de fidalguia: carros oficiais, auxílios disso e daquilo, pródigas verbas de gabinete etc.

Provavelmente a opção de Michel Temer lhe renderá dias de tranquilidade com o funcionalismo, mas evidencia o quanto se põe de costas para a sociedade.

FOLHA DE S. PAULO

BERNARDO MELLO FRANCO

Sacrifícios para quem?

BRASÍLIA – Na manhã da quarta-feira, o professor Michel Temer deu mais uma lição sobre a necessidade de cortar gastos públicos. “Aqui devo dizer aquilo que em momentos de dificuldades se diz: nós teremos sacrifícios”, afirmou, em solenidade no Palácio do Planalto.

Algumas horas depois, o governo interino indicou que nem todos serão sacrificados. A pedido de Temer, a Câmara aprovou um pacote de 14 projetos que cria mais de 11 mil cargos e aumenta salários de 38 carreiras do funcionalismo público.

A pauta-bomba engorda o bolso de quem já ganha muito e institui penduricalhos inusitados, como uma gratificação por desempenho para gente que já se aposentou. Os servidores do Judiciário receberão reajuste de até 41%. O salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal subirá para R\$ 39,3 mil, com efeito cascata sobre outras categorias.

A equipe econômica não informou o custo total das bondades. Na semana passada, o ministro Henrique Meirelles reclamou do rombo deixado pelo petismo e elevou a previsão de déficit para R\$ 170 bilhões.

Os projetos de reajuste foram enviados ao Congresso na gestão de Dilma Rousseff. Temer tinha a opção de arquivá-los, mas escolheu aprovar tudo a toque de caixa e sem maiores explicações ao contribuinte.

Aliados do interino dizem que o cálculo foi político. Ele agradou o funcionalismo para tentar evitar greves e protestos contra o governo provisório. De quebra, fez um afago no ministro Ricardo Lewandowski, que comandará a fase final do processo de impeachment no Senado.

O tucano Nelson Marchezan Jr. foi um dos poucos deputados a votar contra os aumentos. “É um péssimo sinal para o mercado e para a sociedade. Nós afastamos uma presidente que gastou demais e agora autorizamos o substituto a fazer o mesmo”, crítica. O PSDB e o PT votaram a favor da pauta-bomba. Ontem, Temer pediu aplausos para todo o Congresso pela aprovação do pacote.

03 JUN 2016

03 JUN 2016

FOLHA DE S. PAULO

Secretária de Temer integrou articulação criminosa, diz PGR

Nomeação de Fátima Pelaes (PMDB) para a Secretaria de Mulheres deverá ser oficializada nos próximos dias

Ela é suspeita de ter indicado uma ONG fantasma para receber R\$ 4 milhões de suas emendas

LEANDRO COLON
DE BRASÍLIA

Prestes a assumir a Secretaria de Políticas para as Mulheres, a ex-deputada Fátima Pelaes (PMDB-AP) é apontada em investigação do Ministério Público Federal como integrante de uma "articulação criminosa" para desviar R\$ 4 milhões de suas emendas parlamentares.

Um relatório da Procuradoria-Geral da República dá mais detalhes da suspeita de envolvimento dela no esquema desmantelado pela Operação Voucher, em 2011.

Na época, o nome de Pelaes foi citado no escândalo ligado a uma ONG fantasma que havia celebrado convênio com o Ministério do Turismo dois anos antes.

Sua nomeação para a Secretaria das Mulheres, vinculada ao Ministério da Justiça, está prevista para ocorrer nos próximos dias, mas ela já participou de reuniões no governo de Michel Temer.

O inquérito aberto em 2013 pelo STF (Supremo Tribunal Federal) foi devolvido à Justiça Federal do Amapá no ano passado depois que Pelaes deixou de ser deputada. As

investigações estão em andamento. Os sigilos fiscal, bancário e telefônico de Pelaes foram quebrados.

Nos autos está o pedido de abertura de investigação feito em 30 de novembro de 2012 pelo então procurador-geral da República, Roberto Gurgel. "Toda essa articulação criminosa contou com a participação da deputada federal Fátima Pelaes, que constantemente se reunia com servidores do Ministério do Turismo para agilizar a liberação das verbas do convênio", diz o documento.

Segundo a investigação, Pelaes indicou uma ONG fantasma chamada Ibrasi para receber R\$ 4 milhões de suas emendas para promover o turismo no Amapá. Na época, quatro depoimentos a apontaram como beneficiária de parte do dinheiro.

Segundo a PGR, "é razoável supor que o objeto inicial da celebração do convênio era o desvio e a apropriação dos R\$ 4 milhões". "A parlamentar (Pelaes) teria ainda escolhido as pessoas que ministrariam os cursos oferecidos no âmbito do convênio, que aparentemente sequer foram realizados", diz a procuradoria.

"Tais pessoas teriam sido selecionadas para que, caso fosse apurada a não realização dos cursos, pudessem falsamente testemunhar afirmando terem efetivamente trabalhado", ressalta.

Questionada pela **Folha**, Pelaes respondeu, por meio da assessoria: "Eu confio no trabalho da polícia e da Justiça e estou tranquila de que tudo será esclarecido".

A Operação Voucher expediu 38 mandados de prisão em agosto de 2011 e o caso de Pelaes foi remetido ao STF por causa do foro privilegiado.

A investigação partiu de uma auditoria do TCU (Tribunal de Contas da União) apontando que a ONG não tinha condições mínimas de executar o contrato. Listas de prestadores de serviço, por exemplo, foram "forjadas mediante a participação de empresas fantasmas".

Ações penais tramitam desde 2011 na Justiça Federal no Amapá contra pessoas vinculadas à ONG e ao Ministério do Turismo na época da celebração do convênio.

O inquérito sobre Fátima Pelaes poderá se transformar em denúncia à Justiça ou ser arquivado.

03 JUN 2016

FOLHA DE S. PAULO

Justiça monitora com tornozeleira suspeito de planejar ato terrorista

Morador de Chapecó (SC) não pode ir a aeroporto ou fazer arte marcial

RUBENS VALENTE
DE BRASÍLIA

Resultado de uma investigação sigilosa da Polícia Federal que apontou risco de um ato terrorista no Brasil, um morador de Chapecó (SC) passará a andar de tornozeleira eletrônica e está proibido de ir a aeroportos ou escolas.

Ele também não pode fazer atividades que envolvam explosivos, armas de fogo ou artes marciais, ou deixar a cidade sem comunicar a PF.

A adoção de medidas para monitorar o empresário Ibrahim Chaiboun Darwiche, dono de um restaurante, foi autorizada pela juíza substituta da 2ª Vara Federal da cidade, Heloisa Menegotto Pozenato.

Nas redes sociais, Darwiche diz ser do Líbano e viver no Brasil há muitos anos.

A decisão, tomada com base em três artigos do Código de Processo Penal, é “pouco comum”, mas trata-se de uma “situação diferente, que exige” medidas que levam em conta o “tamanho inimaginável do risco”, segundo a juíza.

As medidas devem valer “no mínimo” até o fim da Olimpíada no Rio, em agosto. A decisão foi tomada após investigação de quase três anos do Ministério Público Federal.

A PF aponta, entre outras evidências, que Darwiche fez aulas de tiro, “enalteceu” o ataque à revista “Charlie Hebdo”, em Paris, em vídeo na internet e mentiu à polícia.

Em depoimento à PF, Darwiche afirmou que em viagem em 2013 “ficara baseado em Istambul”, na Turquia. Porém, a PF concluiu que ele passou pelo menos 87 dias na Síria, em uma cidade que, segundo a PF, “estava sob domínio da organização Estado Islâmico”.

Procurado pela **Folha**, Darwiche não respondeu.

A pedido da **Folha**, dois juízes federais comentaram a decisão em tese. Vallisney de Souza Oliveira e o desembargador Fausto Martin De Sanctis afirmaram que as medidas ordenadas podem ser incomuns, mas têm amparo no Código de Processo Penal.

03 JUN 2016

FOLHA DE S. PAULO
MINHA HISTÓRIA DANIELE TOLEDO, 31

A INOCENTE DA MAMADEIRA

Acusada de matar filha de um ano com cocaína, mulher ficou 37 dias presa, foi espancada e chamada de 'monstro'; laudo mostrou injustiça e, após dez anos, ela tem sequelas

RESUMO Em outubro de 2006, a dona de casa Daniele Toledo, hoje com 31 anos, foi presa acusada de matar a filha, Vitória, de 1 ano e 3 meses, em Taubaté (120 km de SP). Segundo a polícia, ela tinha colocado cocaína na mamadeira. Ficou na cadeia por 37 dias, foi espancada e não pôde acompanhar o enterro. Depois, um laudo apontou que a substância era de medicamentos receitados. Neste mês, Daniele lança o livro "Tristeza em Pó".

(*eee*) Depoimento a

TÂNIA CAMPELO

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA,
EM TAUBATÉ (SP)

Nasci em Taubaté e tive uma infância muito feliz. Era uma verdadeira moleca, adorava brincar na rua com as outras crianças. Hoje tenho medo de sair de casa, das pessoas que ainda me apontam e me fazem reviver toda a dor que senti após a morte da minha filha Vitória. Após dez anos, ainda sofro com as sequelas físicas e emocionais deixadas pelo caso injustamente conhecido como "monstro da mamadeira".

Fiquei grávida de Vitória aos 19 anos. Na primeira gravidez [de seu filho, que hoje tem 13 anos], não tive nenhum problema de saúde. Já a gestação da minha filha foi com-

plicada. Tive pressão alta, eclampsia e o parto foi prematuro. Ela nasceu com 1,140 kg.

Depois que a Vitória saiu da UTI e foi para o berçário, eu ficava ao lado dela o dia todo. Só recebeu alta após 35 dias. Em casa, teve febre e a primeira crise convulsiva. Tomou muito medicamento, antibióticos e anticonvulsivos. Fizeram vários exames, mas nada de diagnóstico.

Aos 11 meses, Vitória foi internada no HU (Hospital Universitário) de Taubaté. Ficou lá mais de 50 dias.

Durante a última internação no HU, aconteceu algo que ninguém jamais imaginaria dentro de um hospital: fui atacada no corredor, levada para um quarto, agredida e estuprada. A direção do HU não gostou de o caso ter sido denunciado à polícia [procurado pela reportagem, o hospital informou que não era administrado pelo Estado na época e, por isso, não se manifestaria; os responsáveis da Fust, fundação gestora na época, não foram localizados].

Após alguns dias, Vitória recebeu alta. Um tempo depois, teve outra convulsão e fomos ao HU, onde a recepção informou que, por ordens administrativas, minha filha não poderia ser internada lá. Então a levei para o pronto-socorro infantil. Vitória foi colocada num berço na sala de observação. Uma enfermeira viu resíduos brancos na lin-

guinha dela e raspou com uma espátula para exames.

Logo no início da manhã, ela sofreu a primeira parada cardiorrespiratória e, pouco depois, a segunda. Eu estava desesperada, os médicos chegaram a solicitar transferência para a UTI do HU, mas não deu tempo. Às 10h40, Vitória sofreu a terceira parada e morreu. Neste momento, uma médica saiu lá de dentro, me puxou pelo braço, e disse: "você matou sua filha com overdose de cocaína".

Não entendi nada. Vi minha filha ali deitada, sem a camisetinha, como se estivesse dormindo. Estava indo pegá-la nos braços quando um policial me algemou e me levou para a delegacia. O delegado disse que abriram o corpo e estava cheio de cocaína. Eu tinha 21 anos, amava e cuidava bem dos meus filhos, não conseguia entender o que estava acontecendo.

CONTINUA

03 JUN 2016

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

'SEM LUTO'

A polícia não chamou meus pais, familiares, advogados, ninguém. Não me despedi da minha filha, me tiraram o direito do luto.

Quando eu saí da delegacia, fiquei ainda mais assustada. Havia uma multidão de jornalistas lá fora. Naquele momento, parte da mídia me julgou, condenou e me transformou num monstro.

Fui levada para a cadeia feminina de Pindamonhangaba. A carcereira me orientou a não revelar o motivo da minha prisão. Mas na cela havia um aparelho de TV e logo perceberam que eu era a moça do noticiário. Havia mais de 20 mulheres na cela. Fui espancada na madrugada.

Até hoje sofro com o espancamento. Perdi a audição do meu ouvido direito e a visão do olho direito. Meus movimentos foram comprometidos e sofro crises de convulsão decorrentes dos coágulos causados pela agressão.

Depois fui levada à penitenciária de Tremembé. Lá, fiquei numa cela isolada. Não tinha banho de sol. Várias vezes pensei em me matar, mas pensava em meu filho, na minha família, e conseguia superar esse desejo.

Fiquei presa por 37 dias. Quando saí da penitenciária, fui direto para o cemitério ver o túmulo da minha filha.

Os laudos comprovaram que as substâncias encontradas no corpo da minha filha eram dos medicamentos que ela tomava. O processo de homicídio só foi encerrado em 2008, quando fui inocentada.

No ano passado, decidi escrever um livro ["Tristeza em Pó"] para contar tudo o que senti, vi e vivi. Também é um alerta contra as injustiças.

“ Uma médica me puxou pelo braço e disse: ‘você matou sua filha com overdose de cocaína’. Não entendi nada

Até hoje sofro com o espancamento [na cadeia]. Perdi a audição do ouvido direito e a visão do olho direito. Sofro crises de convulsão

BEMPARANÁ 03 JUN 2016

Assembleia vota reajuste para Judiciário, MP e TCE

Impacto da reposição para os servidores dos três órgãos em 2016 será de mais de R\$ 84 milhões para os cofres do Paraná

Assembleia vota reajustes para Judiciário, MP e TCE

Impacto da reposição para os servidores dos três órgãos em 2016 será de mais de R\$ 84 milhões

Ivan Santos —

A Assembleia Legislativa deve votar na semana que vem, um pacote de projetos de reajuste salarial para servidores do Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas. As propostas foram aprovadas na última terça-feira pela Comissão de Constituição e Justiça da Casa, e agora seguem para discussão em plenário. O reajuste, de 9,28%, refere-se à inflação dos últimos doze meses medido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O impacto para 2016 do aumento para os três órgãos chega a mais de R\$ 84 milhões.

Ao contrário dos servidores do Executivo, que tiveram suas data-base de reposição salarial anual transferidas para dezembro, no ano passado, em meio à discussão do ajuste fiscal proposto pelo governo Beto Richa (PSDB), os funcionários desses poderes mantiveram o mês de maio como a data para a reposição

CONTAS

R\$ 28,5 milhões

é o impacto anual do reajuste para os servidores do TCE

inflationária. No caso do Tribunal de Justiça, o impacto do aumento é de R\$ 55,8 milhões este ano; R\$ 94,3 milhões em 2017, e R\$ 109,7 milhões em 2018. A despesa total do Judiciário com o reajuste vai chegar a R\$ 1,5 bilhão este ano; R\$ 1,695 bilhão em 2016 e R\$ 1,785 bilhões em 2018.

No Ministério Público, o impacto do reajuste é de R\$ 1,416 milhões mensais ou R\$ 16,992 milhões anuais. No Tribunal de Contas, o aumento representará um crescimento de R\$ 28,5 milhões anuais para os cofres públicos.

Considerando que o reajuste será aplicado retroativamente aos salários de maio, com pagamento a partir de 1º de junho, e levando-se em conta o décimo-terceiro salário, o impacto do reajuste dos três órgãos somados até o final deste ano será de cerca de R\$ 84,2 milhões. Nos três casos, a justificativa dos projetos, além da reposição salarial anual prevista em lei, é de que o custo financeiro está dentro dos orçamentos próprios de cada órgão.

CONTINUA

03 JUN 2016

BEMPARANÁ

CONTINUAÇÃO

Polêmico – Nas próximas semanas os deputados devem votar a proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2017, que traz uma discussão que interesse diretamente aos poderes Legislativo, Judiciário, além de Ministério Público e Tribunal de Contas. É que no projeto original, o governo previu a retirada das verbas do Fundo de Participação dos Estados (FPE) da base de cálculo para o repasse dos outros poderes.

A medida retiraria quase R\$ 500 milhões desses poderes. O maior atingido seria o Judiciário, com perda de R\$ 234 milhões. A Assembleia perderia R\$ 76,5 milhões, o MP, R\$ 101,2 milhões e o TC, R\$ 46,9 milhões.

De acordo com a LDO proposta pelo governador Beto Richa (PSDB), a Assembleia, que tem direito a 3,1% do orçamento estadual, deixaria de receber R\$ 76,5 milhões; o Tribunal de Contas (1,9%) ficaria sem R\$ 46,9 milhões; e o Ministério Público (4,1%) perderia R\$ 101,2 milhões. A maior perda, de R\$ 234,4 milhões, seria do Tribunal de Justiça (TJ), a quem é reservado 9,5% do orçamento paranaense – as projeções levam em

Por lei, o TJ tem direito a 9,5% da receita líquida do Estado, o MP, 4,1%; a Assembleia 3,1% e o TCE 1,9%. Na semana passada, em audiência pública no Legislativo, o secretário da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, voltou a criticar esse

modelo, e a defender a retirada do FPE da base de cálculo dos repasses, reafirmando que enquanto sobram recursos nos outros poderes, falta dinheiro para áreas essenciais, como educação e saúde. “O recurso é um só, o caixa é único. Se alguém leva mais, alguém vai ficar com menos”, disse ele.

O problema é que os deputados resistem em aprovar a mudança, temendo “comprar briga” com o Judiciário, o Ministério Público e o Tribunal de Contas. Tanto que o próprio líder da bancada do governo, deputado Luiz Cláudio Romanelli (PMDB), apresentou emenda à proposta do Executivo na Comissão de Orçamento, para derrubar a proposta e manter o FPE na base de cálculo dos repasses.

03 JUN 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

STF mantém abertura de ação penal contra Eduardo Cunha

Por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) negou hoje recurso do presidente afastado da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), contra abertura de ação penal na qual ele passou à condição de réu nas investigações da Operação

Lava Jato. Ao julgar a questão, o relator da ação, ministro Teori Zavascki, entendeu que não há contradições no acórdão (texto final) do julgamento, o texto final do julgamento.

STF mantém abertura de ação penal contra Cunha

Teori Zavascki, relator da ação, entendeu que não há contradições no acórdão, o texto final do julgamento

Por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) negou hoje recurso do presidente afastado da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), contra abertura de ação penal na qual ele passou à condição de réu nas investigações da Operação Lava Jato.

Ao julgar a questão, o relator da ação, ministro Teori Zavascki, entendeu que não há contradições no acórdão (texto final) do julgamento, o texto final do julgamento. Para o ministro, a defesa de Cunha pretendia somente rediscutir a matéria julgada, fato impossível após o julgamento.

No recurso, os advogados de Cunha afirmam que há no texto final do julgamento "obscuridade, dúvida e contradição" e pedem que a denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) seja integralmente rejeitada.

De acordo com a defesa, os fatos narrados na decisão do tribunal não corresponderiam à "tipificação penal descrita na denúncia", que é de corrupção passiva. A defesa alega também que a PGR incluiu como ocorridos em 2006 e 2007 fatos referentes a 2011.

03 JUN 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

PROJETO TENTA MELAR A LAVA JATO

CUIDADO MORO!

Especialistas comentam projeto de um deputado petista que tenta acabar com a delação premiada, que já garantiu a devolução de 2,9 bilhões aos cofres públicos.

03 JUN 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

FREIO NAS

DELAÇÕES

Juristas divergem sobre projeto que visa mudar acordos de colaboração premiada

Luisa Nucada
luisac@tribunadoparana.com.br

Tramita na Câmara dos Deputados um projeto de lei (PL) que impede investigados que estiverem presos de celebrar acordos de delação premiada. Segundo a proposta, o acordo de colaboração só poderá ser ho-

mologado - validado pelo juiz - se o delator estiver em liberdade. De autoria do deputado federal Wadih Damous (PT/RJ), ex-presidente da Organização dos Advogados do Brasil - seccional Rio de Janeiro (OAB-RJ), o PL 4372 pode colocar um freio na operação Lava Jato. A proposta também estabelece que nenhuma denúncia poderá ter como base apenas a delação, que os nomes dos citados devem permanecer em sigilo e que constitui crime divulgar conteúdo do depoimento.

O deputado apresentou ainda o PL 4577, segundo o qual réus não podem ser presos antes de esgotadas todas as possibilidades de recursos. A proposta contraria decisão do Supremo Tribunal

Federal (STF), que em fevereiro permitiu a prisão do condenado em segunda instância.

No texto do PL 4372, Damous justifica que o investigado estar em liberdade é uma condição que evitaria que a prisão cautelar fosse usada como instrumento psicológico de pressão, preservando o caráter voluntário da delação premiada.

Já o sigilo sobre os nomes de pessoas citadas em colaborações seria "para se evitar que a honra e a dignidade das pessoas sejam ultrajadas por vazamentos, muitas vezes sem reparação possível". O projeto ainda tipifica e pune o vazamento do conteúdo de delações com reclusão de um a quatro anos e multa.

Investigação e defesa

A colaboração premiada é uma das principais técnicas de investigação utilizadas na Lava Jato, operação que já devolveu R\$ 2,9 bilhões aos cofres públicos em pouco mais de dois anos. Segundo o advogado criminalista Gustavo Scandelari, a Lava Jato é um marco divisório na utilização da colaboração premiada, que foi prevista na lei 12.850 de 2013.

O advogado vê o projeto de Damous como uma tentativa de solucionar algumas omissões da lei. "As mudanças no geral são boas, elas visam disciplinar melhor o instituto da colabora-

ção premiada. Como é uma coisa nova, o Judiciário não tinha muita experiência com casos semelhantes. Na prática, surgiram alguns problemas, que podem ser corrigidos. A essência que vejo é a de tentar trazer maior credibilidade para o conteúdo da delação e de tornar mais segura a condenação ou a acusação", argumenta.

NEGOCIAÇÃO

Os problemas surgidos com a falta de regulamentação seriam delações feitas sem nenhum outro indício de prova, ou feitas e posteriormente alteradas. Mas

Scandelari discorda que a prisão cautelar seja forma de coerção. "A colaboração premiada é uma negociação, eu acho que não existe coação no fato de a pessoa estar presa. Presa ou não, ela pode escolher delatar, ou não."

Em relação à confidencialidade dos nomes citados em colaboração, Scandelari acredita que deve-se levar em conta o conteúdo delatado. "Porque às vezes ele é tão importante para o interesse público que as pessoas têm direito de saber, o interesse público se sobrepõe à honra da pessoa mencionada." (LN)

03 JUN 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

'STF ERROU'

Os juristas consultados pela **Tribuna** estão de acordo em relação ao segundo projeto de lei do deputado federal Wadih Damous, o PL 4577, que proíbe a prisão de condenado em segunda instância. Para eles, a decisão do STF de permitir a prisão do condenado antes de se esgotarem todos os recursos fere o direito à ampla defesa. “Foi dada uma interpretação à Constituição que contraria a própria Constituição, que é a de que o indivíduo pode ser preso mesmo que ainda caiba recurso. Como se explicaria o sujeito estar cumprindo pena e depois o Judiciário decidir que ele era inocente? Quem vai reparar o dano?”, indaga o advogado criminalista Gustavo Scandelari.

Já para Marlus Arns de Oliveira, a decisão do STF representa um retrocesso muito grande na orientação penal no Brasil. “A Constituição é clara, os réus só poderiam cumprir pena após o trânsito em julgado.” O PL 4577 foi apensado ao PL 4198/2015 e está sujeito à apreciação em plenário. (LN)

03 JUN 2016

GAZETA DO POVO

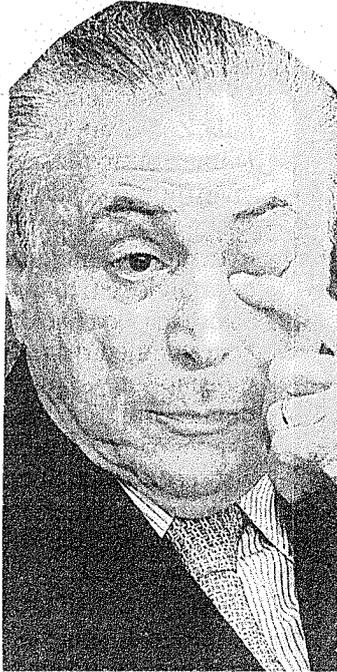
Cálculo político pesou mais que fator fiscal no reajuste dos servidores

Temer quis garantir governabilidade ao acenar positivamente ao aumento salarial do funcionalismo. Pacote aprovado pela Câmara custará R\$ 53 bilhões até 2018

Rosana Felix

● No cálculo feito pelo presidente interino Michel Temer (PMDB) para apoiar 14 projetos de reajuste salarial de diversas carreiras do funcionalismo público federal, o fator político pesou mais do que o matemático. Apesar de suscitar muitas críticas, o pacote aprovado pela Câmara dos Deputados na quarta-feira (1^o), que causará impacto de R\$ 52,9 bilhões nos cofres públicos até 2018, é visto como uma bandeira branca para garantir a governabilidade do peemedebista.

No governo federal e nos sindicatos do funcionalismo, o argumento é o mesmo: o reajuste foi negociado ainda pela gestão de Dilma Rousseff, prevê escalonamento a partir de agosto deste ano até 2019 e está abaixo da inflação. Segundo nota do Ministério do Planejamento, a Lei Orçamentária de 2016 (LOA) já assegurava os aumentos aprovados. "Os projetos são resultado de negociações que duraram aproximadamente oito meses e terminaram na assinatura de 32 termos de acordo com as lideranças sindicais", diz o comunicado.



Matemática de Temer levou em conta o apoio angariado.

Segundo o analista político Antônio Augusto de Queiroz, do Departamento Inter-sindical de Assessoria Parlamentar (Diap), o descumprimento do acordo iria suscitar questionamentos. Segundo ele, Dilma não colocou os projetos em votação porque ainda estava finalizando a negociação com servidores da Receita Federal e da Polícia Federal. "Para um governo recém-empossado, que ainda sofre alguns questionamentos de legitimidade, romper um acordo desse seria muito arriscado", avalia.

Ao dar aval aos projetos, Temer consegue diminuir a resistência de servidores ao seu governo e também dos titulares de Poderes e órgãos que têm atribuição de definir

se o impeachment de Dilma será concretizado e se o peemedebista se manterá na Presidência até 2018.

Os reajustes aumentam o teto dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) de R\$ 33 mil para R\$ 39 mil, beneficiam a Procuradoria-Geral da República (PGR), servidores do Judiciário, do Tribunal de Contas da União (TCU), Câmara dos Deputados, Senado, das Forças Armadas e carreiras do magistério federal e de médicos, entre outras.

Além de agradar a cúpula dos Poderes, Temer conseguiu apoio para prorrogar a Desvinculação das Receitas da União (DRU) até 2023, que foi aprovada pela Câmara, em primeiro turno, na madrugada desta quinta-feira (2). "Ele aproveitou para votar um reajuste que já estava previsto na LOA e com isso conseguiu arrancar a aprovação da DRU ampliada e ainda estender isso para estados e municípios", observa Queiroz.

Abaixo da inflação

Paratentar frear as críticas contra o reajuste a diversas categorias, logo na manhã de quinta-feira o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, e o ministro interino do Planejamento, Dyego Henrique de Oliveira, deram entrevista coletiva.

Padilha reforçou que a inflação de 2015 ficou acima de 10% e o reajuste dos servidores em 2016 será de 5,5%, a partir de agosto. O impacto para 2016 será de R\$ 7 bilhões. Os reajustes aprovados pela Câmara dependem ainda do aval do Senado Federal.

CONTINUA

03 JUN 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

DE CIMA PARA BAIXO

Veja o efeito cascata que resulta do reajuste salarial dos ministros do STF e o impacto nos cargos públicos no Paraná:

Novo teto constitucional

R\$ **33,8 mil**
R\$ 33.763,00



RS **39,3 mil**
R\$ 39.293,00

Novos salários

baseados na nova remuneração do ministro do STF

Quantidade de

funcionários no Paraná

Teto constitucional

↘ 33,8 mil

39,3 mil

STF • Ministro

Gov. • Governador (1)

MPF • Procurador-geral da República

95% do teto

↘ 32,1 mil

37,3 mil

TJ • Desembargador (117)

JF • Desembargador (9*)

Gov. • Vice-governador (1)

MPF • Sub-procurador da República

90,25% do teto

↘ 30,5 mil

35,5 mil

TC • Procurador-geral (1)
• Conselheiro (7)

MPE • Procurador (109)

MPF • Procurador Regional

85% do teto

↘ 28,9 mil

33,4 mil

TJ • Juiz (entrância final) (358)

JF • Juiz (57)

MPF • Procurador

MPE • Promotor (620)

TC • Auditor (3)
• Procurador (8)

80% do teto

↘ 27,5 mil

31,4 mil

JF • Juiz substituto (60)

70% do teto

↘ 23,6 mil

27,5 mil

Gov. • Secretário (17)

STF Supremo Tribunal Federal

MPF Ministério Público Federal

TJ Tribunais de Justiça estaduais

MPE Ministério Público Estadual

JF Justiça Federal

TC Tribunais de Contas estaduais

Gov. Governos estaduais

*número aproximado. O TRF-4 tem 27 desembargadores para atender PR, SC e RS. Fonte: Portais da transparência. Infografia: Gazeta do Povo.

CONTINUA

03 JUN 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

AUMENTO DO JUDICIÁRIO

Em 2015, os servidores do Judiciário haviam conseguido aprovação do Congresso para um reajuste em percentuais de até 78,5% até 2019. Mas a presidente Dilma vetou integralmente o projeto, que causaria impacto de R\$ 25,7 bilhões. Em votação tensa em novembro, o Congresso manteve o veto, com pequena vantagem. A partir disso foi negociado novos termos, e o impacto do reajuste do Judiciário será, agora de 8,4% entre 2016 e 2018.

VOTAÇÃO SEM DISCUSSÃO

A votação em caráter de urgência dos projetos de reajuste ocorreu em meio a debates sobre a falta de discussões dos projetos. Não há como saber como os deputados votaram, pois a votação foi simbólica. Muitos foram ao microfone registrar voto contrário. O deputado federal Flavinho (PSB-SP) apresentou declaração de voto escrita contrária. "Alguém leu e interpretou tudo? Claro que não. Votaram às cegas", disse o deputado Nelson Marchezan Júnior (PSDB-RS).

DRU APROVADA

Em uma demonstração da força da base aliada de Michel Temer no Congresso, a prorrogação da DRU até 2023 foi aprovada por 334 votos a 90, mais do que os 308 votos mínimos necessários para aprovar uma PEC na Casa. Houve ainda duas abstenções. A DRU é um mecanismo que dá mais liberdade ao governo no uso das receitas obtidas por meio de tributos federais vinculados por lei a fundos ou despesas. Na prática, permite à União aplicar os recursos destinados por lei a áreas como educação, saúde e previdência social em qualquer despesa considerada prioritária e na formação de superávit primário, desde que respeitando os gastos mínimos constitucionais exigidos para cada área.

03 JUN 2016

GAZETA DO POVO

PAIXÃO



03 JUN 2016

GAZETA DO POVO

• IMPEACHMENT

Temer articula para acelerar saída de Dilma

Comissão cogita antecipar a votação final do processo para julho e oposição recorre ao STF

BRASÍLIA
Folhapress e Estadão
Conteúdo

● O presidente da comissão especial do impeachment no Senado, Raimundo Lira (PMDB-PB), aceitou reduzir em 20 dias o prazo para a tramitação do processo contra Dilma Rousseff, abrindo a possibilidade de que a votação que pode cassar a petista ocorra em julho em vez de agosto. A defesa de Dilma, porém, recorreu ontem ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, contra a medida.

A aceleração do trâmite do processo foi proposta pela senadora Simone Tebet (PMDB-MS). O pedido foi protocolado na semana passada com o apoio da bancada do PMDB no Senado e com o aval pessoal do presidente interino, Michel Temer (PMDB).

O Palácio do Planalto teme que as sucessivas crises administrativas e a suspeita de que lideranças do PMDB tenham

atuado para barrar as investigações da Operação Lava Jato possam minar as chances de o peemedebista ser efetivado no cargo ao final do julgamento do impeachment. Além disso, o governo interino está preocupado que recuos de última hora de senadores que votaram pelo afastamento da petista possam atrapalhar a aprovação de medidas econômicas.

Com as turbulências dos últimos dias, senadores como Cristovam Buarque (PPS-DF), Acir Gurgacz (PDT-RO) e Romário (PSB-RJ) passaram a admitir a possibilidade de votar contra o impeachment. Para cassar Dilma são necessários os votos de 54 senadores.

Em conversas reservadas, Temer tem defendido que o fim da interinidade é a única forma de trazer uma rápida estabilidade política que consiga restabelecer a credibilidade do país e retomar o nível de investimentos. Pelo calendário estipulado por Temer, o esforço é para que o julgamento final ocorra antes de 5 de agosto, abertura das Olimpíadas do Rio.

Já o ex-ministro da Justiça José Eduardo Cardozo, responsável pela defesa de Dilma, argumenta que a comissão deveria usar o rito do impeachment de 1992, quando foram dados 15 dias a alegações finais.

03 JUN 2016

GAZETA DO POVO

Gilmar Mendes decide prosseguir investigação contra Aécio Neves

● Após recuo, o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu dar prosseguimento às investigações sobre o suposto envolvimento do presidente do PSDB, senador Aécio Neves, no esquema de corrupção delatado pelo senador cassado Delcídio do Amaral. A Procuradoria Geral da República (PGR) acusa Aécio de praticar os crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, supostamente por ter recebido vantagens de empresa contratada pela estatal Furnas Centrais Elétricas.

JULGAMENTO

STF mantém Cunha como primeiro réu da Lava Jato no tribunal

● Por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) manteve ontem a decisão do próprio tribunal que transformou o deputado afastado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) no primeiro réu da Lava Jato na Corte.

Os ministros negaram recurso apresentado pela defesa de Cunha questionando pontos do julgamento de março do STF que aceitou a denúncia oferecida pela Procuradoria-Geral da República contra o peemedebista, abrindo uma ação penal.

03 JUN 2016

FOLHA DE LONDRINA

Autuações

contra empresas da

Publicano

passam de R\$ 1 bi

Balanco parcial da Corregedoria-Geral da Receita Estadual é resultado das 383 autuações aplicadas pelo órgão em razão de tributos não recolhidos

Loriane Comeli

Reportagem Local

A Corregedoria-Geral da Receita Estadual do Paraná divulgou ontem mais um balanço parcial dos trabalhos de revisão de fiscalizações efetuadas nos últimos cinco anos em empresas suspeitas de envolvimento na Operação Publicano, deflagrada em março do ano passado pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), braço do Ministério Público (MP), para apurar esquema de corrupção e sonegação fiscal.

Ao todo, as três forças-tarefas, criadas ao longo de 2015, fizeram 383 autuações que somam R\$ 1.162.919.031,70, incluindo tributos não recolhidos (notadamente o Imposto sobre Circulação de Mercadorias, ICMS), multas e juros. Em fevereiro, quando a Receita havia divulgado o último balanço, o montante de autuações era de R\$ 915.498.564,34.

Mais da metade do total de autuações – R\$ 613,1 milhões ou 52,73% – se refere a multas aplicadas em razão da sonegação e os juros chegam a 9,22% do total ou R\$ 107,3 milhões. O imposto não recolhido perfaz o montante de R\$ 442,4 milhões, o que corresponde a 38% do valor das autuações.

A Corregedoria informou ainda que a primeira força-tarefa, a mais antiga, criada em março do ano passado, é responsável pelo maior volume de autuações: R\$ 720,8 milhões; a segunda, instaurada em julho, após o Gaeco deflagrar a segunda fase da Operação Publicano, já lavrou R\$ 303,4 milhões em autuações; e a terceira, com data de outubro, soma R\$ 138,7 milhões em autuações.

A Operação Publicano já está na quinta fase. Quatro denúncias tramitam e oito ações por improbidade tramitam no Judiciário. São mais de 200 réus, sendo 71 auditores da Receita de Londrina, de cidades próximas e da alta cúpula, em Curitiba.

CONTINUA

03 JUN 2016

FOLHA DE LONDRINA

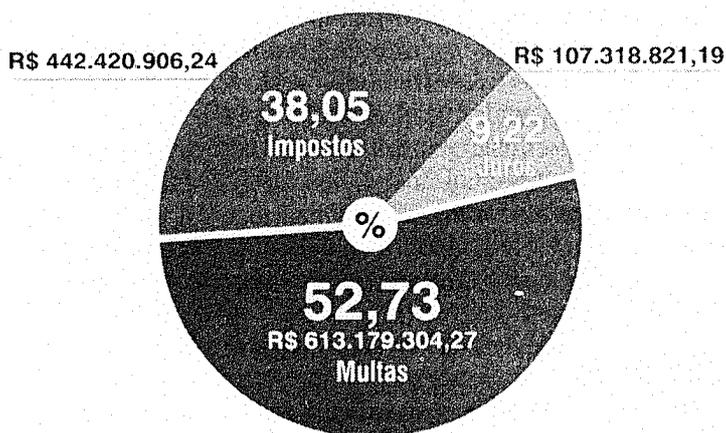
CONTINUAÇÃO

SAIBA MAIS

Confira o balanço parcial das três forças-tarefas da Receita Estadual nas empresas envolvidas na Operação Publicano

AUTUAÇÕES

Total - R\$ 1.162.919.031,7



	Data de criação	Empresas fiscalizadas	Autuações (R\$)
Força-tarefa 1	25/03/15	35	720.788.673,18
Força-tarefa 2	08/07/15	105	303.407.210,08
Força-tarefa 3	27/10/15	137	138.717.943,36

Fonte: Corregedoria-Geral da Receita Estadual do Paraná

Folha Arte

03 JUN 2016

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

Bomba-relógio

Já está mais do que comprovado que o fundo de pensão estadual é uma bomba-relógio armada para detonar em pouco tempo. Vários políticos e técnicos fazem esse alertamento desde o momento em que os governadores (e isso vem desde o último quadrimestre de Lerner) deixaram de depositar o aporte obrigatório (o patronal, no caso) ao fundo que hoje tem 91% dos seus recursos originários da contribuição dos funcionários, agora também aí incorporados os aposentados.

A poupança hoje estimada, segundo a ParanaPrevidência, em R\$ 7,8 bilhão está deteriorando e de forma rápida, pois no ano passado se fixava em R\$ 8,5 bilhões, queda em um exercício de nada menos de R\$ 700 milhões, um pouquinho mais do que o saque dos R\$ 640 milhões, feito em duas prestações no início de 2013 e cujo pagamento por parte do tomador, o governo, não vem sendo feito quando deveria girar em torno de 140 milhões ao mês agregando os 0,5% de juros ajustados contratualmente.

Se olharmos para as contas do governo, mostradas por Mauro Ricardo Costa, constata-se que no resultado da performance, se é que tão airôsa, há muito daquele saque, e do avanço no capital do fundo para acertar parcialmente o desequilíbrio nas contas.

Segundo os mais críticos, o horizonte da ParanaPrevidência que seria de 70 anos, caso os governos pagassem a sua parte, caiu para nove e isso aí, em termos reivindicatórios, ainda que não imediatos, é tão ou mais relevante do que qualquer aspiração salarial já que aborda um futuro nada tranquilizador. O desprezo de políticos pelo futuro está expresso aí com a velha malícia de transferir esses ônus para seus sucessores, uma sordidez em termos éticos para dizer o mínimo, mas que, infelizmente, faz parte das nossas praxes.

Zé Dirceu

O juiz Sérgio Moro reduziu em quase três anos a pena de José Dirceu, a maior da Lava Jato, e em setembro do ano passado havia excluído a filha do petista, Camila Ramos de Oliveira e Silva e a arquiteta, Daniela Fachini, por não encontrar evidências de que a compra do apartamento em Vinhedo (SP), tivesse ligação com a propina. OTRF4, por dois votos a um, discordou do magistrado e enquadrou-as como réis no processo. A pena de José Dirceu foi reduzida por ser septuagenário.

03 JUN 2016

FOLHA DE LONDRINA

Reajuste para servidores engloba rombo de R\$ 170 bi, diz ministro

Murilo Rodrigues Alves
e Carla Araújo
Agência Estado

Brasília - O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, disse ontem que o impacto dos reajustes dos servidores do Executivo (R\$ 7 bilhões) estava assegurado na Lei Orçamentária de 2016 e englobado no rombo fiscal, estimado em mais de R\$ 170 bilhões. Ele lembrou que os 32 acordos com os sindicatos do funcionalismo público foram assinados pelo governo da presidente afastada, Dilma Rousseff.

Segundo Dyogo, o impacto do aumento dos servidores públicos na folha de pagamento ao longo dos próximos anos é menor que a inflação acumulada estimada para o período, o que, em tese, não contraria a intenção do governo de estipular a inflação do ano anterior como teto para os gastos públicos.

A principal carreira dos servidores do Executivo conseguiu aumentos de 5,5% a partir de agosto deste ano e de 5% em 2017. Para outras carreiras de servidores de agências reguladoras e autarquias, o reajuste será de 5,5% em 2016; 7% em 2017; 6,5% em 2018 e 6,31% em 2019. Ao todo, os reajustes

custarão R\$ 52,9 bilhões até 2018 em valores nominais (R\$ 7 bilhões em 2016; R\$ 19,4 bilhões em 2017 e R\$ 26,5 bilhões em 2018).

O impacto na folha de pagamento desses reajustes aprovados será de 2,5% em 2016; 7,1% em 2017 e 9,8% em 2018, sendo nos dois últimos anos o acumulado do período.

Para o Judiciário, o reajuste dado foi entre 16% e 41%, dependendo de uma série de fatores. O impacto sobre a folha é de 6,7% neste ano; 5,4% em 2017 e 6% em 2018. Em termos nominais, o impacto é de R\$ 6,9 bilhões até 2019.

Com os reajustes aprovados, os gastos da União com a folha de pagamento do funcionalismo serão equivalentes a 4,2% do PIB em 2016, 4% em 2017 e 3,8% em 2018. No entanto, o chamado "carreirão", que engloba a maioria das categorias, ainda não fez acordo para 2018.

O ministro afirmou ainda que, de 2011 a 2015, os servidores públicos tiveram 15% de reajuste no período, percentual inferior à inflação acumulada. "É evidente que não se pode requerer que os servidores assumam todo o ajuste fiscal. Não é possível

que eles paguem isoladamente a questão do ajuste", disse. Ele lembrou que o reajuste deste ano foi adiado de janeiro para agosto como forma de fazer com que o governo economizasse bilhões.

Segundo Dyogo, o governo ainda avalia a "conveniência" de enviar os projetos com o reajuste de outras 19 categorias do Executivo que negociaram com a equipe de Dilma Rousseff mas cujo aumento não foi enviado ao Congresso por meio de projeto.

CONTINUA

03 JUN 2016

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

ESTUDO DE REGRAS

O ministro do Planejamento admitiu que o governo do presidente em exercício, Michel Temer, vai estipular um prazo para a vigência do teto nos gastos públicos tendo como base a inflação do ano anterior. "Não tem como ser indefinidamente para todo o sempre. Estamos discutindo a questão do tempo e prazo. Ainda não há uma definição", afirmou. Pela primeira vez, um integrante da equipe econômica reconhece uma flexibilização no principal ponto do "pacote fiscal" anunciado pelo governo, que ainda está em elaboração para ser enviado ao Congresso.

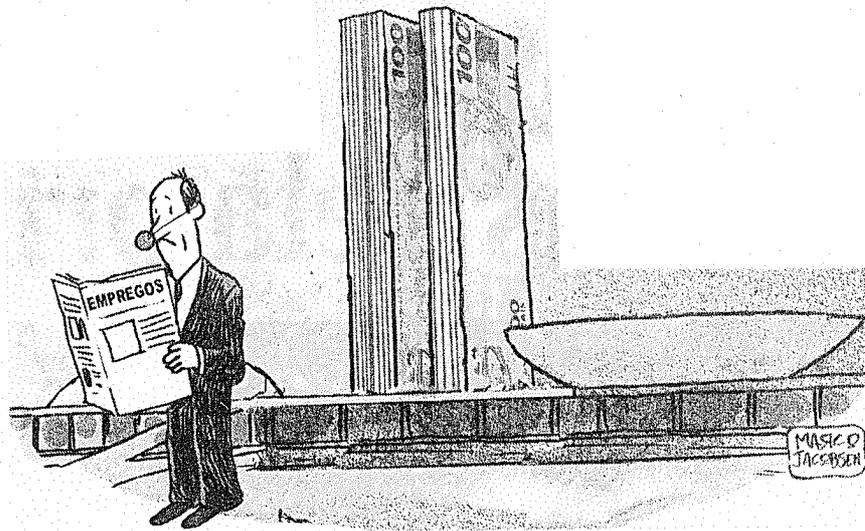
Segundo o ministro, a discussão tem como premissa que a regra deve implicar uma redução, ao longo do tempo, da despesa total em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). A tendência é que o PIB sempre cresça acima da inflação. Com a trava que será imposta para que as despesas cresçam o limite da inflação do ano anterior, a tendência é que a relação diminua ao longo dos anos.

"A orientação geral está dada: faremos esse esforço de contenção de despesas e traremos uma trajetória de estabilização da dívida pública, criando no meio econômico e nos mercados a segurança e confiança da saúde financeira do País", afirmou.

03 JUN 2016

FOLHA DE LONDRINA

AUMENTO PARA SERVIDORES E JUDICIÁRIO



03 JUN 2016

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

STF mantém Cunha como réu

Por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) manteve ontem a decisão do próprio tribunal que transformou o deputado afastado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) no primeiro réu da Lava Jato na Corte. Os ministros negaram recurso apresentado pela defesa de Cunha questionando pontos do julgamento de março do STF que aceitou a denúncia oferecida pela Procuradoria-Geral da República contra o peemedebista, abrindo uma ação penal. Os ministros seguiram o voto do ministro Teori Zavascki, relator da Lava Jato, pela rejeição dos chamados embargos de declaração. Segundo Teori, os recursos dos advogados de Cunha tinham o objetivo de rejuízo do caso e representavam mero inconformismo com a decisão.

Instrução processual

Com isso, Cunha responderá pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro. O deputado afastado é acusado neste caso de ter atuado em conjunto com a ex-deputada Solange Almeida (PMDB-RJ) num esquema de pagamento de propina de contratos de navios-sonda da Petrobras. Cunha teria recebido US\$ 5 milhões em propina. Não há prazo para o desfecho do caso. Agora, o Supremo começa a fase de instrução processual, com a apresentação de testemunhas de defesa e acusação. Na sequência, uma nova etapa de coletas de provas e questionamentos dos elementos do processo.

03 JUN 2016

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

'Presidenta' de volta

Em texto publicado ontem, às 15h15, a Agência Brasil, da estatal Empresa Brasil de Comunicação, responsável pela gestão das empresas de TV e rádio do governo federal, voltou a usar o termo "presidenta" ao se referir à presidente afastada Dilma Rousseff (PT). A mudança ocorre após o retorno do jornalista Ricardo Melo, nomeado por Dilma, à função de diretor-presidente da EBC. Melo reassumiu o cargo depois de liminar deferida na quarta pelo ministro do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli.

Briga no STF

Segundo Melo e um comunicado emitido pela gestão anterior da EBC, o jornalista teria direito a um mandato de quatro anos, o que está previsto em lei aprovada pelo Congresso. Porém, ao assumir as funções de presidente interino da República, Michel Temer exonerou Melo e nomeou para o cargo o jornalista Laerte Rimoli, que havia trabalhado, em 2014, na comunicação da campanha presidencial do senador Aécio Neves (PSDB-MG). A Advocacia-Geral da União (AGU) havia apoiado a decisão de Temer.

Desde 2011

O termo "presidenta" vinha sendo usado pelo governo federal desde a posse de Dilma em 2011. No final da semana passada, porém, funcionários da EBC foram orientados a mudar a forma de tratamento do cargo na TV Brasil e também na Agência Brasil.